

## AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A CANDIDATURA LULA

As eleições presidenciais de 1989 podem representar o fim da transição conservadora, que se arrasta no Brasil desde meados dos anos 70. Mais do que um exercício de futurologia política, esta é hoje, essencialmente, uma questão prática. O problema que as classes trabalhadoras e as esquerdas têm de resolver nos próximos meses é o de mostrarem-se capazes de pôr fim ao ciclo histórico aberto pelo golpe de Estado de 1964 e prolongado em 1984/85 com a alternativa do Colégio Eleitoral.

Nosso insucesso representará a perda de uma oportunidade histórica de alterar a relação de forças sociais e políticas no País. Trata-se de saber se os trabalhadores e seus aliados terão as condições, a partir da conquista do Governo Federal, de desencadear um grande processo de mudança social e política, que abra caminho para uma sociedade socialista, ou se as classes dominantes serão, uma vez mais, exitosas em sua estratégia conservadora.

As eleições presidenciais de 89 dar-se-ão dentro de um quadro político que sofreu profundas alterações a partir de novembro de 1988, quando as esquerdas, em geral, e o PT, em particular, obtiveram expressivas vitórias nos pleitos municipais. Os resultados de novembro de 88 têm um duplo significado. Em primeiro lugar, expressaram uma nova relação de forças existentes na sociedade, traduzindo eleitoralmente uma acumulação obtida em quase dez anos de lutas sociais. Em segundo lugar, criaram uma nova correlação política, que mudou radicalmente o quadro da disputa presidencial.

O PT venceu em 36 prefeituras, que agrupam mais de 20 milhões de brasileiros e são responsáveis por 1/3 do Produto Interno Bruto. Elegeu mais de mil vereadores e teve grandes performances eleitorais em centros importantes do País, totalizando milhões de votos.

Candidatos do PDT, do PSB e do PSDB, que, independentemente de sua substância, eram identificados como alternativas progressistas pelo eleitorado, obtiveram resultados importantes em todo o Brasil. O País votou claramente à esquerda.

A primeira consequência das eleições municipais foi a projeção de Lula e de Brizola como as grandes alternativas presidenciais para 1989. No início do ano, as pesquisas apontavam os candidatos do PT e do PDT em primeiro lugar, virtualmente empatados. Ainda que o quadro das eleições estivesse pouco configurado (perplexidade da direita, indefinição do PMDB), criou pânico em setores das classes dominantes. Ao mesmo tempo em que buscava febrilmente um nome capaz de unir o centro e a direita (Quércia), recebendo e recusando ofertas (Brizola e Covas), a burguesia estudava, em seus laboratórios políticos, fórmulas para fraudar uma vitória da esquerda. A mais conhecida de todas foi a [tentativa de] adoção do Parlamentarismo-já, o que reduziria drasticamente os poderes de um eventual presidente progressista.

O crescimento das candidaturas de esquerda, como a vitória de novembro, se dava num quadro de prolongamento da crise econômica, com efeitos sociais cada vez mais perversos. A recessão se aprofundava e a inflação chegava a níveis insuportáveis. Foi nesse momento que lançamos nosso Plano Econômico de Emergência, tentando dar respostas conjunturais à difícil situação que atravessava o

País. A crise econômica e seus prolongamentos sociais serviam de moldura para uma crise política maior, onde se reforçava a ilegitimidade crescente do atual governo. A rejeição de Sarney e a aspiração popular a um novo governo levaram o PT a propor a antecipação das eleições. No entanto, esta proposta não foi capaz de atrair os partidos políticos, nem mesmo aqueles que diziam se situar na oposição.

O governo lançou o Plano Verão, que promoveu uma violenta transferência de recursos do Estado para o setor privado, através da política de elevação das taxas de juros, agravando a crise das finanças públicas, além de um escandaloso processo de arrocho dos salários, evidentemente com pequenos e provisórios efeitos sobre a inflação. O potencial inflacionário, após o Plano Verão, é muito superior ao anterior e a margem de manobra político-econômica diminuiu significativamente, sendo que o agravamento da crise das finanças públicas e o descalabro poderão jogar o País em um processo de hiperinflação.

A consequência da nova situação criada pelo plano econômico do governo foi o desencadeamento de um dos maiores ciclos de greves de nossa história. Antes e depois da greve geral de março último, que teve, fundamentalmente, um significado de contestação global da política econômica do governo, ocorreram (e continuam ocorrendo) centenas de outros movimentos, nas mais variadas categorias dos setores público e privado. A vitória de novembro, combinada com o êxito da greve geral, deu uma nova qualidade à luta de classes, liberando energias sociais sem precedentes.

## A DEFESA DAS GREVES

Contrariamente ao que propala a histórica propaganda das classes dominantes, as greves não correspondem a nenhum plano deliberado de desestabilização, refletindo, fundamentalmente, uma situação de desespero em que se encontram milhões de brasileiros, que vêem seu nível de vida degradar-se vertiginosamente. Este desespero explica, em grande medida, as formas mais descontroladas que o movimento tem assumido em certas circunstâncias. Não pode ser omitido que, em alguns casos, as greves têm criado transtornos para vários segmentos da população, na sua imensa maioria trabalhadores. Estes problemas foram habilmente explorados pela imprensa, por setores conservadores e pelo governo, que desencadeou uma operação publicitária e medidas repressivas, numa tentativa de opor a sociedade aos grevistas. Procurou-se, inclusive, atribuir o recuo da candidatura Lula nas pesquisas aos efeitos negativos das greves.

O PT e Lula defenderam e defenderão de forma intransigente o direito de greve, especialmente em um momento como este, em que se promove um violentíssimo arrocho de salários. O que julgamos apropriado é que o movimento sindical, mais precisamente a CUT, que representa seu pólo combativo, classista e conseqüente, discuta a questão das formas de luta em setores cujos serviços ou produtos atingem diretamente a vida da população.

Não está em questão qualquer apelo à contenção das lutas reivindicativas em suposto benefício da candidatura Lula. Esta só terá êxito no bojo de um processo de grande mobilização social. As correções que devem ser introduzidas na forma de ação dos trabalhadores só podem partir dos próprios trabalhadores. Cabe à CUT, em

particular, desenvolver uma vigorosa e urgente reflexão e iniciativa neste sentido, para tirar do governo e da burguesia a condução do problema.

O fundamental, no entanto, é que a campanha presidencial esteja intimamente ligada às mobilizações sociais, em geral, e às greves, em particular. Isto é válido tanto para movimentos setoriais como para a eventualidade de uma greve que a CUT venha a convocar, e que terá o apoio do PT.

Na medida em que persistiam os impasses dos debates de centro e de direita em encontrar uma candidatura viável, partes do empresariado e as áreas civil e militar do governo aumentavam sua pressão contra o PT e a CUT. Esta ofensiva combina a propaganda aberta da imprensa, sobretudo na televisão, com ações no plano institucional (a Medida Provisória nº 50, depois nº 59) e com as primeiras manifestações de terrorismo. Tem-se aí, a antecipação do que deverá ser a pugna eleitoral nos próximos meses, sobretudo se as esquerdas conseguirem retomar a iniciativa.

A situação do Planalto e de inúmeros setores da burguesia e dos grupos politicamente dominantes é ainda difícil. Basta lembrar a queima sucessiva de algumas alternativas de que dispunham estes setores: desistências de Antônio Ermírio e Sílvio Santos; inviabilização da candidatura Quércia, que teria, provavelmente, rachado o PMDB; derrota fragorosa de Íris Rezende na Convenção do PMDB, o que deu nova dimensão do isolamento e desprestígio de Sarney e seu grupo; renúncia de Jânio, face à evidente erosão de seu espaço eleitoral; inconsistência da candidatura Aureliano.

É esta situação de perplexidade que abriu espaço para a aventura eleitoral de Collor.

Sua candidatura, trabalhada sobretudo em termos de imagem, começa a apresentar-se para grandes segmentos da população como uma alternativa aos políticos tradicionais, que sofrem um processo de desgaste sem precedentes no Brasil.

Collor se autodefine como candidato de oposição a Sarney, ao mesmo tempo em que constrói sua plataforma eleitoral, em forma vaga e demagógica, explorando os temas que ocupam um lugar central no imaginário popular do Brasil de hoje: o combate à hipertrofia e ineficácia do Estado, ao favoritismo e aos privilégios (marajás), à corrupção e outros temas semelhantes.

Em sua preocupação de diferenciar-se do governo e das forças políticas tradicionais, faz aberturas oportunistas à esquerda, como sua proposta de um pacto com Lula, Covas e Roberto Freire. Isto mostra sua percepção do deslocamento do eleitorado brasileiro para a esquerda e revela a necessidade que tem de esconder suas origens conservadoras.

A candidatura Collor beneficia-se do vazio no campo conservador e atrai os partidos de aluguel, cujo horário aproveita na TV, assim como lideranças estaduais e municipais sem consistência político-ideológica e que prosperam por suas práticas fisiológicas e clientelísticas. Este movimento poderá compensar a inexistência de uma base orgânica nacional de seu Partido da Renovação Nacional.

## UMA OPÇÃO PARA A BURGUESIA

A persistência dos impasses no centro-direita, somados ao espetacular crescimento da candidatura Collor de Mello, estão transformando-a na principal alternativa das classes dominantes. É claro que este processo não é linear e acarretará problemas para sua campanha, pois será difícil manter seu perfil eleitoreiro, com os compromissos que vem assumindo com o grande capital e os setores mais conservadores da política nacional.

Collor já não está mais conseguindo esconder seus encontros e acordos com grandes empresas transnacionais, como os que se realizaram recentemente no Rio e em São Paulo, sua submissão à tutela militar e a adesão de parlamentares marcados pelo seu passado conservador e prática fisiológica e corrupta, como Rubens Medina, Arnaldo Faria de Sá (ex-vice de Maluf), entre tantos outros. Será muito difícil ocultar este apoio e seu próprio passado, quando empregou e concedeu benefícios aos marajás que diz combater. Transferiu recursos públicos para usineiros, na forma de acordos escandalosos e insustentáveis, desviou verbas para campanha eleitoral. Reprimiu os trabalhadores em Alagoas, colocando a Polícia Militar contra diversas manifestações; promoveu o maior arrocho salarial ao funcionalismo público estadual (que não recebe aumento desde outubro/1988), entre tantas denúncias que vêm emergindo de sua desastrosa passagem pela prefeitura biônica de Maceió e seu governo no estado.

De qualquer maneira, é de fundamental importância desencadear já uma campanha que corte a ascensão de Collor, sobretudo pela penetração que ele vem obtendo nos setores populares. Temos que deixar claro o que será um eventual governo Collor de Mello. Denunciar sua ausência de programa ou as propostas conservadoras que já anunciou, como a disposição de pagar a dívida externa. Apontar para os compromissos que tem com os grupos dominantes, como revelam seus acordos com os usineiros de Alagoas e com a Rede Globo. Na falta de uma base partidária, seu governo será, como já vem sendo sua campanha, um pólo de atração para aventureiros e oportunistas, o que acelerará a corrupção e o favoritismo. Oscilará entre a ingovernabilidade e a repressão aos setores populares, para poder aplicar uma política de arrocho salarial.

Brizola, que tenta recuperar o projeto populista com verniz de esquerda, beneficia-se, por uma parte, de sua condição de opositor histórico de Sarney, de duas importantes bases eleitorais (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e de sua capacidade de articular políticos de expressão estadual e municipal – a exemplo do que faz Collor – independentemente de suas posições políticas, na esquerda, no centro ou na direita. É um candidato forte, experiente e com grande capacidade de comunicação na TV, o que será um trunfo fundamental nos últimos meses da campanha. Procura compensar sua imagem de radicalismo com tentativas de acordo com áreas empresariais e militares. Suas possibilidades de êxito, neste sentido, estão ligadas a circunstâncias de vir a enfrentar Lula no segundo turno.

Sua pequena penetração em Minas e São Paulo, os dois maiores colégios eleitorais do País, podem ser fatais para suas pretensões. É por esta razão que busca acordo com Medeiros e todo o sindicalismo de resultados, para desbloquear as dificuldades que tem em São Paulo, sobretudo.

Para seduzir o empresariado, Brizola tem adocicado, cada vez mais, seu programa. Abandonou explicitamente a tese da reforma agrária, é absolutamente

vago em relação ao problema da dívida externa. As conversações que mantém com os militares conduzem à aceitação da tutela das Forças Armadas sobre a sociedade brasileira.

Seu personalismo, sua aversão à vida partidária, suas concepções sobre o sindicalismo (que o levam a aproximar-se de Medeiros, Magri & Cia.) mostram o que ocorreria no Brasil caso chegasse à Presidência. Assistiríamos uma repetição do que foi seu governo no Rio de Janeiro: repressão às greves, combate ao sindicalismo autônomo e tentativas permanentes de desorganização do movimento popular.

Explorando os sentimentos de uma população que exige mudanças, sem oferecer soluções concretas, Brizola pode transformar-se em um novo Carlos Andrés Perez [da Venezuela], criando condições para uma revolta popular e depois reprimindo-a brutalmente.

As possibilidades da candidatura Ulysses [Guimarães] não estão ainda definidas. Corre o risco de não ter apoio de setores do PMDB. Ao compor com a esquerda de seu Partido, Ulysses neutralizou uma cisão de porte, que reforçaria o PSDB. Apesar das dificuldades que enfrenta, hoje, e que se traduzem nos baixos índices obtidos nas pesquisas, as chances de Ulysses não podem ser descartadas. Possui um partido com uma gigantesca máquina, pode vir a ser uma carta confiável para a burguesia e, no limite, receber apoio do Planalto. As dificuldades que enfrentará estão justamente aí; como beneficiar-se das vantagens de ter sido (e ser ainda) um partido de governo e aproveitar a condição de oposição.

Neste ponto está nossa crítica fundamental à candidatura do PMDB. Ela representa a continuidade da transição conservadora. Ulysses é o responsável por todas as inflexões conservadoras da Constituinte e pelos cinco anos dados a Sarney. Foi o principal bastião da desastrosa experiência da Nova República.

As demais candidaturas, salvo mudanças bruscas na conjuntura, não têm maiores perspectivas. Covas e o seu partido não têm qualquer enraizamento nacional. Esta candidatura, que tem apenas uma expressão regional, teve seu crescimento nas bases do PMDB impedido pelo acordo de Waldir Pires com Ulysses. Além disso, é uma candidatura sem perfil definido. Maluf investe, estrategicamente, na ocupação do espaço da direita e na eventualidade de sua candidatura para o governo de São Paulo, no ano que vem. Aureliano Chaves se arrisca a não decolar, implodindo o PFL. Afif reduziu sua intervenção política ao discurso neoliberal conservador e não soube ocupar um espaço que lhe estava reservado, e que acabou preenchido por Collor; investe na sucessão paulista. Caiado, marcado pelos crimes da UDR, não conseguiu impor sua entidade como força política autônoma, não está conseguindo apoio nem dos partidos de aluguel e tenta apostar no futuro com uma campanha puramente propagandista. Roberto Freire procura preservar o lugar do PCB na política brasileira e o seu lugar dentro do partido.

## UMA CANDIDATURA EQUIVOCADA

No entanto, ela deverá ter um efeito oposto. Esta candidatura [de Roberto Freire] é um equívoco político: divide a esquerda, num momento em que ela se unifica, com uma política independente e autônoma, democrática e popular. Isto é

contraditório com toda a política levada até hoje pelo PCB, que defendia a unidade, inclusive, com forças burguesas. Além disso, Freire tem preferido uma aproximação com setores conservadores da Igreja [Católica] e com a burguesia, como ficou evidenciado em sua proposta de Pacto Antiterror, saudada efusivamente por Roberto Marinho. Mas setores da base do PCB compreendem que a única alternativa coerente para um partido de esquerda, neste momento político, é a participação na Frente Brasil Popular e começam a recusar a política da candidatura Freire. Esta compreensão poderá ser a posição de todo o PCB.

Este quadro das candidaturas poderá sofrer modificações no futuro, em função da evolução da situação política. Pode-se prever que os próximos meses serão marcados por agudos conflitos sociais, que terão repercussões no plano político-eleitoral. A previsão de que a inflação cresça, sem que sejam oferecidos mecanismos de compensação aos trabalhadores, alimentará mais movimentos grevistas. A insatisfação popular aumenta na medida em que o governo persiste em sua política econômica, penalizando fundamentalmente os assalariados. As mudanças propostas na Previdência Social são um exemplo disso. E não estão excluídas convulsões de maior porte, como ilustram os precedentes de Caracas e da Argentina.

O agravamento da crise econômica, incluindo a possibilidade concreta de nos defrontarmos com um processo de hiperinflação, poderão impor um quadro extremamente grave, dramático do ponto de vista social, e de grande instabilidade política.

O crescimento da candidatura Lula e das esquerdas em geral, dentro deste quadro, a partir da capacidade de mobilização de militância política do PT e demais partidos da Frente, fará com que as classes dominantes articulem novas e mais vigorosas ações contra o Partido e o movimento sindical, no plano institucional e extra-institucional, por meio de iniciativas políticas concretas e de propaganda. O risco da burguesia perder o jogo dentro das regras por ela fixadas – como tem advertido Lula seguidamente – pode levá-la a uma situação de desespero e tentativas de desestabilização.

Todas estas possibilidades reforçam a necessidade de inserir a candidatura do PT em um amplo movimento de massas, no qual os trabalhadores tenham capacidade de articular um vasto movimento democrático e transformador da sociedade, captando e traduzindo em alternativas concretas e palpáveis para as maiorias todos os anseios de mudança que se manifestam crescentemente nestes dez últimos anos no Brasil. O binômio mudanças econômico-sociais radicais e democracia é a chave para constituir um bloco majoritário capaz de levar Lula à Presidência e de dar sustentação ao governo do PT, sobretudo nos primeiros meses, quando a burguesia tentará, por todos os meios, inviabilizá-lo.

Esta estratégia eleitoral, sofrendo os ajustes táticos que a conjuntura recomenda, tem sua importância igualmente para a eventualidade de uma derrota eleitoral. As responsabilidades do PT não serão menores nesta circunstância, de vez que o Partido emergirá como a grande força de oposição, e será confrontado com os complexos problemas colocados pela nova conjuntura. Um novo governo, seja qual for, gozará, pelo menos no seu início, de legitimidade popular, mas, ao mesmo tempo, terá de responder às expectativas que suscitou na campanha.

Diante disto, abrem-se para o PT, no imediato, as seguintes perspectivas e tarefas a serem impulsionadas:

- consolidar a Frente Brasil Popular em todo o País, nos níveis nacional, estadual e municipal, criando comitês populares nos locais de trabalho, nos bairros, nas escolas, nos movimentos etc. A campanha tem de ir efetivamente para as ruas;
- atrair para o âmbito da Frente personalidades, movimentos e os setores que se desgarram de outros partidos, especialmente do PCB e do PSDB;
- desmascarar para a população o caráter antipopular da candidatura Collor de Mello. Denunciar, ao mesmo tempo, a direitização do programa de Brizola e seus acordos com setores do Exército, do empresariado e dos partidos políticos de direita. Apontar para o caráter continuista da candidatura Ulysses.

A candidatura Lula está confrontada com desafios importantes. O Partido saberá responder a eles, evitando o risco de ter uma presença secundária na disputa eleitoral e de anular, pelo menos por um período, os acúmulos obtidos especialmente no último ano. Assim teremos condições de superar as dificuldades atuais e retomarmos a iniciativa que detínhamos até março/abril.

## O AGRAVAMENTO DA CRISE

A disputa sucessória realiza-se num quadro de agravamento da crise econômica, social e política. A rápida deterioração da economia, conseqüência lógica da política predatória da Nova República, torna ainda mais penosas as condições de vida de amplos setores da população, provocando dura resposta do movimento sindical e popular, expressa nas greves e jornadas de protestos que se multiplicam em todas as regiões do País. Nada mais legítimo e necessário que a luta do povo trabalhador em defesa de seus interesses. Somente com a mobilização popular será possível superar a crise, resguardando os interesses das grandes maiorias. A conjuntura reclama e tem ensejado a intensificação do movimento de massas. Sem esse movimento, por outro lado, nosso projeto político mais geral perderia a sua dinâmica propulsora. Nossa campanha, portanto, deve apoiar e vincular-se estreitamente às lutas sociais em curso no País. Contudo, a relação entre o avanço da mobilização reivindicatória e o fortalecimento da luta político-eleitoral não é automático. O protesto econômico-social, ainda quando radicalizado, não se traduz necessariamente por uma opção política mais avançada e conseqüente. Para que o ascenso da luta reivindicatória favoreça a opção das amplas massas pela candidatura Lula é imprescindível politizar organicamente a luta social, vinculando-a à urgência de uma alternativa política global para o País, materializada num programa de transformações antiimperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias. Caso contrário, a insatisfação social pode acabar manipulada pelo populismo ou instrumentalizada por projetos políticos conservadores de cunho autoritário.

Para tanto, é fundamental definir uma estratégia eleitoral que permita substantivamente, e em termos de imagem, apresentar o candidato da Frente Brasil [Popular] como a única alternativa capaz de oferecer soluções positivas aos problemas que afetam a imensa maioria do povo brasileiro e de desencadear um processo de transformação no País.

O histórico do candidato e do partido é um elemento importante, ainda que não exclusivo. Devemos enfatizar a trajetória de Lula e do PT nestes dez últimos anos. O fato de sermos o único partido que não tem responsabilidade pela eleição de Sarney, que não apoiou o Plano Cruzado, nem os demais programas econômicos do governo, que manteve uma conduta impecável na Assembléia Nacional Constituinte, particularmente na defesa dos direitos e garantias individuais e coletivos, na necessidade de uma verdadeira ordem democrática para o País, na questão das reformas de estruturas, especialmente a reforma agrária e, evidentemente, nas conquistas dos trabalhadores.

O problema da coerência política assume importância decisiva em um país que atravessa uma crise de valores, vivenciada por vastos segmentos da sociedade.

É a partir da questão da coerência que podemos apresentar o PT e seu candidato como a única alternativa confiável no País.

A discussão do Programa de Governo assume uma dimensão mais complexa, uma vez que deve articular duas dimensões, que não são sempre facilmente compatibilizáveis: a seriedade e coerência das medidas propostas e o seu apelo popular.

O Programa tem de ser, ao mesmo tempo, um instrumento de mobilização e organização dos trabalhadores para a vitória eleitoral e um instrumento de governo no caso de que venhamos a vencer as eleições. Ele deve conter medidas que apontem para o desencadeamento de um radical movimento de mudança econômica, social e política do Brasil, mas, igualmente, dar respostas aos problemas que afligem, hoje, a imensa maioria dos brasileiros. Sua capacidade de atrair dezenas de milhões de eleitores não pode se dar sobre a base de concessões de princípio, nem de chamamentos demagógicos. Tudo o que o Programa propuser tem de aparecer como realizável, a partir, evidentemente, da mobilização popular.

A discussão sobre o caráter da candidatura e do programa do PT (e da Frente) é fundamental, já que o eleitorado e a imensa maioria dos trabalhadores estão interessados em saber que transformações concretas um governo da Frente Brasil Popular realizará; e temos de explicitar como elas se articulam com os nossos objetivos estratégicos.

O PT apresenta um programa coerente de transformações da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que define os meios e instrumentos de sua consecução e oferece seu passado de lutas e de coerência como garantia política maior.

## A PROPOSTA SOCIALISTA DO PT

O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa, para hoje, são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apóia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores.



Tem grande importância para esta discussão a questão do cenário de um governo do Partido dos Trabalhadores e da Frente Brasil Popular. Aqui, mais uma vez, não se trata de realizar um exercício de futurologia, mas de definir nossas expectativas e linhas de ação para essa eventualidade. Neste ponto se insere a questão da ruptura que um Governo Lula provocará no sistema político e das reações que ele irá desencadear.

O Partido não pode semear ilusões sobre uma idílica situação que seria criada com nossa vitória em novembro próximo. Haverá, evidentemente, transformações importantes no quadro da luta de classes no País, que proporão desafios enormes e inesperados para o Partido e o governo. Estes desafios decorrerão não somente da ação legal e extralegal das classes dominantes, que resistirão, de dentro e de fora do governo, ao seu desalojamento do Executivo Federal. Haverá também a ação de muitos segmentos das classes exploradas, que cobrarão mudanças a curto prazo e se verão estimuladas – nas cidades e nos campos – a ações para apressar o processo de transformação econômica, social e política.

Estando no governo, sem ter planejado o poder, o PT sofrerá resistências dentro do próprio Executivo (da burocracia, das Forças Armadas), sem falar dos Poderes Legislativos e do Judiciário, dos governos estaduais, dos empresários e de suas organizações e de potências estrangeiras.

O realismo que necessitamos ter sobre o futuro de um governo do PT não nos pode levar, no entanto, a desenhar um quadro sombrio para o dia seguinte de nossa vitória. Isto seria sucumbir à tese da ingovernabilidade e, no fundo, aceitar a opinião daqueles que afirmam que nem o país, nem o PT, estão preparados para a nossa vitória e que mais vale esperar ainda alguns anos.

O procedimento mais adequado é não esconder as dificuldades futuras, mas não exagerá-las ou especular catastroficamente sobre hipóteses.

Anunciar claramente nossas intenções significa apontar para o fato de que o governo do PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do País. Aplicando nosso Programa, o governo Popular impulsionará as mudanças reclamadas pelas maiorias, criando condições para, em conjunto com as massas populares, realizar novas e mais profundas transformações sociais.

A diferença entre nosso governo e outros governos eventuais será que estes enfrentarão, igualmente, a crise do capitalismo, mas procurarão resolvê-la no sentido contrário aos interesses dos trabalhadores e camadas populares.

Devemos insistir em que o nosso governo será o mais democrático da história do País, aquele que levará as liberdades individuais e coletivas a suas conseqüências mais avançadas.

Nossa concepção de democracia não significa que iremos simplesmente nos conformar com o respeito ao atual Estado de direito. A democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos. As pressões das imensas maiorias da sociedade terão de traduzir-se em mudanças institucionais, dentro de um quadro de respeito das liberdades e direito das minorias. O problema da reforma institucional e da reforma da Constituição serão fundamentais nesta eventualidade.

A experiência da campanha eleitoral, até aqui, revela que não basta ter o melhor candidato, o partido mais coerente e o único programa, até agora, anunciado para disputar com possibilidades de vitória o pleito presidencial.

Circunstâncias próprias do processo político brasileiro e as novas dimensões da política contemporânea – como tem ficado evidenciado com muita frequência – fazem com que deva ser dada uma importância decisiva às formas pelas quais a sociedade vive os grandes problemas que o País enfrenta. A importância dada à moralidade no trato da coisa pública, à ineficácia do Estado, ao empreguismo etc. não são necessariamente atitudes pré-políticas. Representam a forma pela qual a política é vivida por imensos setores da população. Se não entendermos isso, nos arriscaremos a ficar falando apenas para os setores mais organizados da sociedade, e que chegaram a uma visão mais articulada da política.

Nenhum candidato e nenhum partido estão mais credenciados para empunhar a bandeira de um comportamento ético exemplar à frente do governo. Somente os que, como nós, têm compromissos com as grandes maiorias podem desprivatizar o Estado brasileiro, acabar com a corrupção, eliminar os privilégios, quebrar a inércia burocrática e a ineficiência da máquina estatal.

O PT precisa dar manifestações concretas destes propósitos políticos. A campanha presidencial deve ser acompanhada de iniciativas políticas com este objetivo.

## AS ADMINISTRAÇÕES PETISTAS

É igualmente fundamental, a partir dos temas antes mencionados, aprofundar a discussão sobre a política das administrações dirigidas pelo PT. Nossas administrações apresentaram, nos primeiros seis meses, algumas qualidades inegáveis, anunciadoras de uma nova modalidade de gestão estatal no País: o compromisso ideológico-prático com o povo oprimido, enorme dedicação à função pública, rigor técnico e político na tomada de decisões, metodologia democrática de relação com a sociedade etc. Não cedemos às seduções do autoritarismo, nem nos deixamos inibir pela verdadeira guerra às nossas administrações, movida pelos partidos burgueses e a imprensa conservadora.

Não é menos verdade, entretanto, que estivemos aquém da extraordinária expectativa que a sociedade, especialmente as classes populares, deposita nos governos petistas. Em que pese o esforço militante de nossas equipes municipais, carecemos ainda de um projeto político-administrativo mais definido, capaz de polarizar social e ideologicamente e de mobilizar massas populares em sua sustentação cotidiana. O fato é que a sociedade ainda não identifica a marca do PT nas prefeituras, pelo menos com a nitidez e a contundência desejáveis.

As municipalidades do PT não só devem realizar uma administração coerente com o programa transformador com o qual nos apresentamos para as eleições presidenciais, como construir uma imagem pública, por meio de iniciativas concretas e de repercussão. Que deixem claro para a população as mudanças que estão implementando e que serão efetivadas, apesar das notórias dificuldades com as quais se defrontam.

A campanha de Lula é o centro tático do PT este ano. A candidatura Lula, ao mesmo tempo em que encarna a posição de independência de classe defendida pelo PT, dará aos trabalhadores maior consciência e organicidade política nessa fase de acúmulo de forças. Ela permitirá também que o PT, já credenciado como alternativa municipal de governo, possa se apresentar como capaz de assumir a responsabilidade pelos destinos do País.

Por esta razão, é fundamental, na disputa da sucessão presidencial, viabilizar rapidamente e assegurar o sucesso das administrações petistas. Disso pode depender não só o crescimento da candidatura Lula, mas o próprio futuro do PT como partido de massas, democrático, socialista e revolucionário.

Não se trata de atrelar as administrações à campanha ou de aparelhá-las a serviço da candidatura Lula. Embora o País atravesse uma grave crise e as prefeituras se encontrem em estado pré-falimentar, a ansiedade da população e as esperanças despertadas pela vitória do PT exigem iniciativas políticas e administrativas que materializam o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Partido durante a campanha. Devemos realizar governos de oposição ao governo central, para corresponder à confiança que a população deposita em nós. Fazer isto é contribuir para a vitória de Lula, para a construção do PT e para abrir uma saída em meio à crise.

Hoje, seis meses à frente de 36 prefeituras municipais, o PT deve não somente romper com o cerco propagandístico da burguesia contra suas administrações, como também agilizar respostas concretas aos problemas enfrentados pela população, intensificando o programa com o qual disputou e venceu as eleições. São exigidas medidas ousadas e inovadoras nos setores que mais afetam a população, como os de habitação, saneamento básico, saúde e educação.

Devemos realizar, com urgência, um esforço conjunto, em nível nacional, para superar desafios estratégicos das nossas administrações (o transporte coletivo, a elaboração democrática do orçamento, a política de abastecimento), envolvendo não só o conjunto das prefeituras petistas mas também, necessariamente, a nossa bancada federal, as bancadas estaduais e Municipais e, sobretudo, a nossa militância, que deve ser chamada a compartilhar da elaboração e da sustentação das políticas administrativas.

Esta apreciação de caráter geral parte do suposto que poderemos vencer as dificuldades atuais. O PT, nas suas prefeituras, já realizou importantes mudanças. Deve adotar, no entanto, uma política mais agressiva de comunicação, que mostre o já realizado e indique a forma pela qual efetivará as transformações prometidas o mais rápido possível.

Apenas dez anos após sua fundação, originário da mais importante mobilização dos trabalhadores das últimas décadas, o PT tem hoje a possibilidade real de chegar à Presidência da República.

Vencer em 15 de novembro e no segundo turno dependerá, em grande medida, do acerto de nossas políticas daqui até as eleições e da capacidade de transformar nosso programa em uma arma e em uma esperança das maiorias deserdadas deste país. Vencer dependerá da competência que revelem em seus postos nossos parlamentares, prefeitos e funcionários, mostrando como os trabalhadores estão aptos para o exercício do governo e do poder. Vencer

dependerá da dedicação e do esforço infatigável de nossos militantes, de sua capacidade de transmitir para as imensas maiorias o sentimento de que estamos todos possuídos: o de haver chegado a um momento crucial de nossa história, em que decidimos tomar o destino em nossas mãos e lançar-nos na aventura de construir um mundo novo.

## UMA AVALIAÇÃO DA CAMPANHA

É dentro dessa perspectiva geral que devemos avaliar o que fizemos até agora, em termos de campanha eleitoral. A estratégia definida pelo DN de 11/12/88 estabelecia três fases distintas, embora bastante interligadas. A primeira fase, que deveria esgotar-se em maio/89, centrava nossa atividade na mobilização e engajamento da militância. Isso incluía a organização dos comitês estaduais e municipais; a elaboração de diretrizes de trabalho; a produção de material básico de propaganda; o desencadeamento de campanhas de finanças; a mobilização de intelectuais, artistas, dirigentes sindicais e populares que tomassem a si a tarefa de realizar circuitos de debates sobre a candidatura Lula; a realização das viagens ao Exterior; a articulação de uma frente com os partidos de esquerda; e, finalmente, a realização de um grande ato público em São Bernardo do Campo, que simbolizasse a disposição dos trabalhadores de assumir os destinos do País.

Essa fase teve início, na prática, com a realização do programa de TV, em 27/1/89, e encerrou-se com o ato em São Bernardo, em 13/5/89. Nesse período, foram constituídos comitês estaduais na maioria dos estados e realizadas plenárias regionais e municipais de militantes, em vários casos acompanhadas do lançamento da campanha.

Merecem destaque os seminários realizados em São Paulo e no Rio, mobilizando parcelas importantes da intelectualidade, e o encontro com os intelectuais do Nordeste, em Recife, que tiveram como resultado mais importante a ampliação de participantes nos grupos de trabalho do PAG. Importância também têm tido os seminários temáticos realizados pela Coordenação do PAG, tanto em nível regional quanto nacional.

A mostra nacional de slogans, jingles, cartazes e materiais promocionais, embora não tenha sido divulgada na escala necessária, contou com a participação de companheiros de praticamente todos os estados e apresentou um material rico e variado, que já está sendo utilizado para a campanha. Ao lado disso, apesar dos problemas relacionados com a falta de recursos, foram editados quatro boletins de campanha, o caderno com a resolução do DN de 11/12/88 sobre a campanha e a biografia do Lula, os cartazes promovendo a Conta 13000-1 para contribuições financeiras e diversos materiais de propaganda para atos específicos da campanha.

Aproveitamos essa fase, também, para realizar o projeto de viagens ao Exterior, tendo por objetivo ampliar o nível de relacionamento do Lula e do PT com governos e forças políticas e sociais de diversos países do mundo e projetar a imagem do companheiro Lula como estadista. Embora não tenham se concretizado as visitas à Argentina (retorno ao Brasil antecipado em função do Plano Verão) e à Alemanha Oriental, China e União Soviética (em função de problemas técnicos e políticos relacionados com a decisão da CEN e DN de encurtar o período de estadia

do Lula fora do Brasil), o resto do roteiro programado foi cumprido com resultados políticos positivos. As relações internacionais do Partido se ampliaram e, sem fazer qualquer concessão de princípio, abrimos canais de diálogo com diferentes forças políticas internacionais, tendo em vista a possibilidade de sermos governo a curto prazo.

Ao mesmo tempo, tentamos esgotar, nesta primeira fase da campanha, a parte principal dos insistentes pedidos de empresários para debater com Lula suas propostas de governo. Em todos esses debates, a linha seguida pelo nosso candidato foi de reafirmar as posições do Partido e deixar claro para esses setores da sociedade que no Governo Lula terão que desempenhar um novo papel, subordinando-se à prioridade de redistribuição de renda.

Paralelamente, o companheiro Lula foi a sete estados (RS, RJ, MG, ES, PE, BA e SP), participando de plenárias com militantes, encontros com artistas e, em especial, de encontros com sindicalistas, além da participação em programas de TV e rádio e em outras atividades de campanha. Essas viagens serviram para a militância debater com o próprio Lula os diversos problemas da campanha, em geral contribuindo para o avanço da mobilização.

Apesar de um real esforço de mobilização e organização, a maioria dos comitês estaduais e municipais ainda não tem a organicidade necessária, ora se confundindo com os diretórios, ora com os comitês da Frente. Mais grave, entretanto, é que a formação dos Comitês Populares Pró-Lula ainda não se transformou no principal eixo de organização e mobilização da campanha. A militância ainda não assimilou a idéia de que a campanha, para assumir um caráter de massas, deve transbordar os limites da organização dos partidos da Frente, incorporando milhares ou milhões de não-filiados a partido algum. Para isso, a forma de organização democrática, aberta à participação de pessoas dos mais diferentes segmentos da sociedade, é o Comitê Popular. Precisamos ter em vista estimular o maior número possível de pessoas e tomar a iniciativa de organizá-los, de multiplicá-los por toda parte, criando uma presença marcante da campanha do Lula em cada canto do Brasil.

É certo que a falta de orientação e material de propaganda na escala necessária tem tolhido a realização dessa tarefa, mas o conjunto da militância precisa resgatar sua criatividade, tomar iniciativa e ajudar o Comitê Nacional a superar as dificuldades. Não é possível que a rica experiência acumulada de nossos Diretórios Regionais e Municipais fique permanentemente no aguardo de precisas e detalhadas orientações do Comitê e do DN. É necessário ousadia, criatividade e determinação dos DR e DM naquilo que mais sabemos: mobilizar e organizar a luta do povo. Isso é tanto mais necessário pelo fato de ingressarmos numa nova conjuntura, na qual o eixo de nossa campanha presidencial deve se voltar para a mobilização massiva. Temos que botar a campanha na rua, realizar uma ampla mobilização popular e ações políticas que nos credenciem junto ao eleitorado e ao povo como uma força política portadora de propostas e disposições para resolver os problemas do País.

A segunda fase da campanha presidencial do PT e da Frente caracteriza-se pela disputa do eleitorado. Trata-se não só de consolidar a militância e os setores influenciados pelo PT e pelos partidos da Frente, mas fundamentalmente de disputar

os setores influenciados pelos outros candidatos e ganhar os indecisos, ampliando a participação e o engajamento popular em nossa campanha.

### A CARA, A MARCA E OS ADVERSÁRIOS

Isso exige de nós enfrentar os desafios da conjuntura, definir mais precisamente a cara da nossa campanha, sua marca distintiva e adotar táticas adequadas de combate aos principais candidatos da burguesia. Embora seja claro, desde o início, que os alvos políticos de nossa campanha são a Nova República e o Governo Sarney, com sua desastrosa política econômica e social, com sua corrupção e imoralidade administrativa, também temos claro que é preciso propor uma série de políticas capazes de mudar radicalmente tal situação e, além disso, que sejam compreensíveis para as grandes massas do povo.

Tanto Collor quanto Ulysses decidiram levantar a bandeira da moralização como eixo principal de suas campanhas, apesar de não possuírem qualquer base moral para sustentá-las. O PT e os partidos da Frente, por seu turno, embora sejam os que têm as reais condições para sustentar a bandeira da moralidade, por sua coerência de combate à corrupção e aos privilégios, sabem que o que há de mais imoral em nosso país é a miséria das grandes massas da população. A moralidade administrativa é um importante ponto de nossa plataforma política e deve ter o destaque que merece, mas subordinada à nossa proposta e disposição de realizar uma profunda redistribuição de renda e liquidar a miséria, por um lado, e concentração de riqueza, por outro.

Nessas condições, a característica principal de nossa campanha deve ser social, de denúncia do contraste entre a miséria e a opulência, a pobreza e a riqueza.

Devemos criar um simbolismo que sintetize essa característica e se transforme em importante instrumento de mobilização e luta política, já que as propostas para superar esses contrastes só podem ser viáveis dentro de um processo de luta popular, de luta pelo aprofundamento da democracia (isto é, entre outras coisas, pelo direito de reivindicar e lutar), pela elevação do salário real, pelo fim da especulação, pelo aumento do emprego, pela redistribuição das terras etc.

Obedecendo a essas linhas gerais, a segunda fase da campanha tem um plano de trabalho definido, nacionalmente articulado, que combina as viagens pelo Brasil com comícios, produção de material de propaganda e dos vídeos e programas de televisão e realização de uma campanha massiva de levantamento de recursos financeiros. As viagens temáticas serão articuladas com visitas a todas as capitais, com a criação de fatos políticos e com a defesa de nossas propostas. Devemos realizar atos massivos, convocando os jovens, os parlamentares, os negros, as mulheres, os sindicalistas, o povo do interior, educadores, trabalhadores da saúde, ecologistas e ambientalistas e outros setores da sociedade civil para debater com eles os seus problemas e os problemas do País. É importante, em especial, encontrar e debater com setores marginalizados da população.

Temos projetos alternativos de viagem.

Um roteiro para o Lula, cobrindo pelo menos uma vez as capitais, os lugares temáticos mais significativos e concentrando nas principais cidades – com mais de cem mil eleitores – dos estados que congregam 80% do eleitorado (SP, MG, RJ, RS,

BA, PR, PE). Outro, a ser coberto por intelectuais, prefeitos, parlamentares e lideranças, incluindo as cidades e lugares temáticos não visitados pelo Lula.

## LUTA IDEOLÓGICA E LUTA POLÍTICA

Outro flanco político importante, a ser coberto de imediato, através da formação de equipes específicas, é o da luta ideológica e política, respondendo com presteza à imprensa e, em alguns casos, movendo ações judiciais, que mostrem nossa disposição de não deixar passar impunemente os ataques e calúnias contra nosso candidato e campanha.

Embora desde o início tivéssemos em mente que o combate à nossa candidatura seria sem tréguas, não temos respondido à altura aos ataques da imprensa burguesa. Será necessário adotar uma política clara de comunicação, atingindo todos os veículos possíveis, e não deixando sem resposta qualquer ataque, por menor que seja. Isso exige de nosso setor de imprensa muita agilidade e, além disso, disposição dos nossos militantes, em particular da nossa intelectualidade, em enfrentar o embate.

A partir das diretrizes de governo, aprovadas pelo DN, e nas bases do PAG, durante todo o primeiro semestre, a coordenação do PAG realizou todo um conjunto de atividades nos GT, seminários, encontros que culminaram na edição da primeira versão do PAG. Distribuída para o conjunto do Partido (DN, parlamentares e DR), esta primeira versão deverá ser, depois de emendada pelo conjunto partidário e da realização de seminários de cada tema, ser rediscutida pelo DN em agosto. Este será o Plano de Governo que o PT levará para a Frente. Com base nele, anunciaremos o Ministério do Governo Lula e suas metas de governo.

Para viabilizar esse processo de mobilização, a Coordenação Nacional está entregando aos comitês estaduais o manual de campanha, contendo informações básicas sobre a estratégia, propaganda, finanças, imprensa e mobilização. Estão em processo de impressão: o Manual dos Comitês Populares Pró-Lula, o jornal da campanha, os 13 pontos do Programa da Frente, cartazes e outros materiais (boletins, panfletos) de propaganda indispensáveis à campanha massiva. Os comitês estaduais e municipais, no entanto, devem esforçar-se para reproduzir os diversos materiais nacionais da campanha, além de produzir seu próprio material local.

À Coordenação Nacional cabe dar a orientação geral da propaganda, enviando-a para os estados através dos boletins e das cópias das artes produzidas nacionalmente. Nesse processo também joga papel importante a produção dos vídeos e fitas de áudio sobre o Lula, sobre as prefeituras populares e sobre os temas do Programa de Ação de Governo, com base nas viagens temáticas. Nesses instrumentos de propaganda deveremos incluir, além de vinhetas e spots com nossas principais palavras de ordem, jingles e músicas de campanha, mensagens especiais do Lula para os estados, para a população das prefeituras petistas e para setores sociais importantes.

A produção dos programas de televisão e rádio, que vão ao ar a partir de setembro, deve combinar o conteúdo político geral da campanha com formas estéticas, criativas e originais, que não descaracterizem aquele conteúdo. Ao mesmo tempo, através da inclusão de companheiros de diversos estados, estamos

viabilizando o caráter nacional desses programas. De qualquer modo, além dessas medidas, é fundamental que os comitês estaduais e municipais viabilizem as brigadas eletrônicas e as equipes munidas de som para levar para as grandes massas da população as mensagens gravadas em vídeo e áudio.

Acima de tudo, será necessário um esforço conjunto para superar os problemas financeiros, intensificando as campanhas e as medidas para obtenção de recursos. É indispensável que toda e qualquer reunião dos comitês da campanha trate, como ponto prioritário, a questão financeira e que sejam adotadas sempre medidas concretas para realizar atos de contribuição na conta 13000-1, para designar brigadistas de finanças, para fazer com que cada filiado e simpatizante venda, pelo menos, dois bônus-tijolinho, para estimular companheiros e grupos de companheiros a realizarem jantares, festas ou outros eventos para levantamento de recursos financeiros, para coletar e transformar jornais velhos, garrafas vazias e outros materiais em recursos financeiros, e assim por diante. É essencial que todos os participantes da campanha se convençam de que a campanha Lula Presidente só poderá ser realizada se houver uma contribuição massiva de finanças.

Dentro desse plano nacional é necessário, desde agora, paralelamente ao projeto de viagens pelo Brasil, preparar, a partir de agosto, uma bateria de comícios, de modo a consolidar o caráter massivo de nossa campanha.

Os comícios (cem em agosto), passeatas, carreatas e outras ações de massa devem estender-se aos meses de setembro e outubro, culminando com sete grandes comícios nas principais capitais, em novembro. O companheiro Lula, no entanto, deve dedicar-se, durante os meses de setembro e outubro, principalmente às gravações dos programas eleitorais gratuitos, participando seletivamente dos atos massivos de maior repercussão.

A hora, mais do que nunca, é de colocar a campanha do Lula nas ruas. E isso depende de cada um de nós. Depende de nossa militância levar para a população trabalhadora a mensagem da campanha, as propostas do PAG, a decisão de que o Governo Lula terá a vontade política de enfrentar a crise, os problemas, os corruptos e os poderosos e mudar a cara do Brasil. Depende de nós dizer claramente à população brasileira que, no governo, estamos decididos a adotar com ela as medidas de apoio à educação e à saúde, de suspensão da dívida externa, de realização da reforma agrária, de recuperação do valor dos salários, de contenção da inflação, de enfrentamento do problema da moradia, de aprofundamento da democracia.

Depende da militância de nosso partido e da Frente captar com sensibilidade o sentimento de mudanças da população, e mostrar claramente que a candidatura que corresponde a esse sentimento, por sua origem, por sua coerência, por suas propostas concretas, é a candidatura Lula. Nenhuma mudança significativa pode vir de candidatos como Ulysses, ligados à Nova República de Sarney ou que, embora posem de modernos e acima dos partidos, como Collor, estão ligados a poderosos e são apoiados por aventureiros de todos os tipos. Ou ainda daqueles que, como Brizola, para credenciar-se junto a setores da burguesia, abandonam as reivindicações e os reclamos mais sentidos dos trabalhadores e do povo. Todo o partido, cada Diretório Municipal, núcleo, militante ou filiado ao PT tem, portanto, a



responsabilidade de colocar nas ruas a verdadeira e única esperança de mudanças, que é a candidatura Lula.

A hora é de constituir em cada cidade, bairro, local de trabalho ou de estudo, Comitês Populares Pró-Lula. São esses comitês que vão garantir a vitória de nosso candidato, são eles os principais instrumentos de mobilização e organização popular da campanha. São comitês de campanha e de luta, de apoio à candidatura Lula e de defesa do povo. Por isso, ninguém precisa pedir licença para organizá-los.

### RESOLUÇÃO SOBRE O 2º TURNO

O 6º Encontro Nacional do PT convoca um Encontro Nacional Extraordinário, composto pelos mesmos delegados do 6º Encontro, a ser realizado logo após o 1º turno das eleições presidenciais de novembro, a fim de discutir a tática do Partido para o 2º turno.